



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO I - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem, lubrificação e borracharia para os veículos da frota (própria ou terceirizada) deste Tribunal.

1.1.1. No quadro abaixo constam os quantitativos estimados, necessários para execução em um ano:

Item	Descrição do material	Unid.	Quant.
1	Lavagem geral - veículo porte leve	Unid.	120
2	Lavagem geral - veículo porte médio	Unid.	360
3	Lavagem geral - veículo porte pesado	Unid.	24
4	Pulverização - veículo porte leve	Unid.	60
5	Pulverização - veículo porte médio	Unid.	360
6	Pulverização - veículo porte pesado	Unid.	24
7	Polimento - veículo porte leve	Unid.	60
8	Polimento - veículo porte médio	Unid.	240
9	Polimento - veículo porte pesado	Unid.	12
10	Lubrificação geral - veículo porte leve	Unid.	60
11	Lubrificação geral - veículo porte médio	Unid.	40
12	Lubrificação geral - veículo porte pesado	Unid.	120
13	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20
14	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	40
15	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
16	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10
17	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24
18	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
19	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10
20	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	12
21	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	06

22	Substituição do filtro de combustível com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20
23	Substituição do filtro de combustível (produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo) - veículo porte médio	Unid.	20
24	Substituição do filtro de combustível com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	06
25	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20
26	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24
27	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
28	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20
29	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24
30	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
31	Óleo do motor 1.000 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	60
32	Óleo do motor 1.000 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	48
33	Óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo 1.000 ml - veículo porte pesado	Unid.	24
34	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10
35	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24
36	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
37	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10
38	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24
39	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12
40	Aditivo ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo) - 20 Litros	Unid.	150
41	Conserto de pneus - veículo porte leve	Unid.	120
42	Conserto de pneus - veículo porte médio	Unid.	80
43	Conserto de pneus - veículo porte pesado	Unid.	40

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105, da Lei n.º 14.133/2021, admitida sua prorrogação.

SEÇÃO II - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a adequada manutenção preventiva da frota

de veículos do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, por meio da prestação contínua de serviços de lavagem, lubrificação e borracharia, indispensáveis à conservação, ao bom funcionamento e à disponibilidade dos veículos utilizados nas atividades institucionais.

2.2. A contratação está prevista no [Plano Anual de Contratações 2026](#), identificada com o Código PCA n.º CLEP008, associada ao Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. Indicador de desempenho: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços (0733983).

2.3. A frota do Tribunal é utilizada no suporte às atividades administrativas e operacionais, incluindo deslocamentos de servidores, transporte de materiais, apoio logístico e execução de ações relacionadas aos processos eleitorais, especialmente em regiões de difícil acesso no Estado de Roraima. Nesse contexto, a manutenção periódica dos veículos mostra-se essencial para garantir condições adequadas de uso, segurança e confiabilidade.

2.4. A ausência ou inadequação desses serviços pode resultar no acúmulo de sujeira, desgaste prematuro de componentes mecânicos, aumento da incidência de falhas e elevação dos custos com manutenção corretiva, além de comprometer a continuidade das atividades institucionais.

2.5. A contratação de empresa especializada se apresenta como a solução mais eficiente e economicamente viável, uma vez que a execução direta demandaria investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos, insumos e alocação de pessoal, o que não se mostra compatível com a estrutura organizacional do Tribunal.

2.6. Adicionalmente, a contratação sob demanda permite maior flexibilidade na execução dos serviços, adequando-se à variação da utilização da frota ao longo do tempo, evitando custos fixos desnecessários e promovendo melhor aproveitamento dos recursos públicos.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração na busca da solução mais vantajosa para atendimento de suas necessidades.

SEÇÃO III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução e de seus quantitativos se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (1012049), apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução a ser adotada será a contratação dos serviços de lavagem, lubrificação e borracharia.

SEÇÃO IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos

4.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica-operacional compatível com o objeto, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica e demonstração de disponibilidade de instalações, equipamentos e equipe adequados à execução dos serviços de lavagem, lubrificação e borracharia. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, com conhecimento técnico suficiente para a correta realização das atividades, observando-se as boas práticas do setor.

4.2. A execução deverá abranger, conforme demanda da Administração, lavagem interna e externa, lubrificação de componentes e serviços de borracharia, incluindo reparos, calibragem e atividades correlatas. Os serviços deverão ser realizados, conforme o caso, em estrita observância às orientações constantes nos manuais dos veículos fornecidos pelas montadoras, especialmente quanto aos tipos de insumos, pontos de lubrificação e procedimentos recomendados, de modo a preservar a integridade e a vida útil da frota.

4.3. A contratada deverá dispor de estrutura física adequada, localizada no município de Boa Vista/RR, com instalações apropriadas, área coberta quando necessário, equipamentos compatíveis e condições seguras de operação.

4.3.1. A exigência de que a contratada possua estabelecimento localizado no município de Boa Vista/RR fundamenta-se na necessidade de garantir atendimento célere, eficiente e contínuo às demandas da frota do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

4.3.2. Os serviços objeto da contratação possuem natureza operacional e demandam execução presencial e imediata, não sendo passíveis de prestação remota. A localização do prestador é fator determinante para assegurar prazos adequados de atendimento e conclusão dos serviços, especialmente diante da necessidade de rápida liberação dos veículos para uso institucional, evitando prejuízos à continuidade das atividades administrativas e eleitorais.

4.3.3. Adicionalmente, a concentração da frota no município de Boa Vista-RR e a frequência de utilização dos veículos exigem logística simplificada e deslocamentos reduzidos, o que contribui para maior eficiência operacional, menor tempo de indisponibilidade dos veículos e redução de custos indiretos associados ao transporte e à gestão da frota.

4.3.4. Ressalta-se que a exigência não tem caráter restritivo à competitividade, uma vez que o mercado local dispõe de empresas aptas à execução dos serviços, sendo prática comum nesse tipo de contratação a vinculação a estabelecimentos físicos em razão da natureza do objeto. Ademais, admite-se que empresas de outras localidades participem do certame, desde que comprovem a disponibilidade de instalação em Boa Vista/RR até o início da execução contratual.

4.3.5. Dessa forma, a exigência mostra-se proporcional e necessária para o adequado atendimento da demanda administrativa, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos de qualidade e desempenho

4.4. Os serviços deverão atender a padrões mínimos de qualidade, garantindo a adequada conservação dos veículos e evitando danos decorrentes de execução inadequada. Deverão ser executados conforme os níveis mínimos exigidos neste instrumento, especialmente quanto ao prazo de atendimento e à conclusão dos serviços, de forma a não

comprometer a disponibilidade da frota.

4.5.Eventuais inconformidades identificadas pela fiscalização deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, podendo ser exigida a reexecução dos serviços quando constatada falha ou inadequação.

Requisitos de execução e controle

4.6. Os serviços serão prestados sob demanda, mediante solicitação da Administração, formalizada por meio de ordens de serviço ou instrumento equivalente, contendo identificação do veículo, descrição do serviço, data de execução e demais informações necessárias ao controle.

4.7. A contratada deverá manter registros atualizados dos serviços executados, assegurando rastreabilidade e transparência, os quais servirão de base para a fiscalização e para a medição dos serviços efetivamente realizados.

Critérios de sustentabilidade

4.8. A contratada deverá adotar práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, especialmente quanto ao uso racional de água e à adequada gestão de resíduos. Deverá assegurar o correto armazenamento, manuseio e destinação final de resíduos como óleos, graxas, pneus, embalagens e efluentes contaminados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.9. Sempre que possível, deverão ser utilizados produtos biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, bem como sistemas de economia ou reuso de água. A contratada deverá comprovar, quando solicitado, a regularidade ambiental de suas atividades junto aos órgãos competentes.

4.10. Deverão ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a. Utilizar produtos que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2 e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

b. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações determinadas pela ANVISA;

c. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

d. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e. Observar as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Resolução do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.11. Todo material utilizado na execução do serviço ficará à disposição da Fiscalização para verificação quanto ao cumprimento de requisito de qualidade e das condições do item anterior.

4.12. A Contratada responsabilizar-se-á perante órgãos reguladores e fiscalizadores do governo local e federal, por todas e quaisquer irregularidades cometidas no uso de materiais, equipamentos e instalações à disposição da mesma.

Requisitos de segurança

4.13. A contratada deverá garantir condições seguras de execução dos serviços, adotando medidas de prevenção de acidentes, utilização de equipamentos adequados e observância das normas de segurança do trabalho aplicáveis. Será de sua responsabilidade a integridade dos veículos durante a execução dos serviços, respondendo por eventuais danos causados.

Requisitos legais e contratuais

4.14. A execução contratual deverá observar integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei nº 14.133/2021. A contratada deverá atender às determinações da fiscalização do contrato, prestar as informações solicitadas e cumprir integralmente as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções cabíveis em caso de descumprimento.

4.15. A licitante deverá considerar na elaboração da proposta a quantidade mínima de veículos a ser disponibilizada, conforme tabela constante na Seção I deste instrumento.

4.16. A empresa contratada deverá:

a) Atuar no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação;

b) Não estar impedida de contratar com a Administração;

c) Estar cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF). Não estando, deverá apresentar a documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, Qualificação Econômico-financeira e Técnica exigida pela legislação;

4.17. Garantia da contratação

4.17.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.17.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.17.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.17.4. O contrato oferecerá mais detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

SEÇÃO V - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Os serviços deverão estar disponibilizados imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a contratada possuir condições operacionais plenas para atendimento das demandas da Administração desde o início da vigência contratual, sem necessidade de prazo adicional para mobilização.

5.1.2. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme necessidade do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, mediante solicitação formal da Administração, por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente. Cada solicitação deverá conter, no mínimo, a identificação do veículo, o tipo de serviço a ser executado e a data de encaminhamento.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratada, localizada no município de Boa Vista/RR, devendo a empresa assegurar capacidade operacional para atendimento simultâneo, quando necessário, sem prejuízo da qualidade e dos prazos estabelecidos.

5.2. A quantidade anual de autorizações de serviços é mera estimativa, podendo o contratante demandar quantidade menor ou maior que a estimada para cada item que compõe os serviços. Portanto, não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da Seção de Transporte, sem que isso justifique qualquer indenização à contratada.

5.3. Nestes valores estão inclusos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos incidentes, taxa de administração, frete, seguros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, mediante execução indireta, por preço unitário.

5.5. A Contratada deverá atender todas as exigências editalícias, bem como apresentar o menor preço global para os serviços previsto na Seção I.

5.6. Os serviços relacionados na tabela da Seção I somente serão utilizados sob demanda pelo Contratante. Preferencialmente, a Contratada deverá realizar a lavagem ecológica dos veículos, utilizando técnicas com reutilização de água, observando, em todos os casos, a não liberação de resíduos sólidos e/ou tóxicos na rede de esgoto e/ou galerias de águas pluviais, consumindo a menor quantidade de água possível por veículo lavado.

5.7. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, em dias úteis, em horário de expediente, a ser estabelecido e alterado de acordo com a conveniência administrativa;

5.8. Todos os produtos e equipamentos necessários para a execução dos serviços ficarão a cargo da Contratada.

5.9. Os produtos fornecidos deverão obedecer aos padrões de excelência em qualidade, de modo a não provocar danos aos veículos do TRE/RR e ao meio ambiente.

5.10. Da lavagem, enceramento e polimento:

5.10.1. Entende-se por lavagem de veículo todo o procedimento adotado com o objetivo de remover sujeiras, manchas, resíduos *etc.*, com a posterior secagem, visando à manutenção do estado geral do veículo. O enceramento e polimento deverão ser feito com produtos específicos para tal fim, visando à manutenção do estado geral da pintura. Os serviços compreenderão:

a) Lavagem simples: caracterizada pela limpeza na parte interna e externa do veículo com xampu automotivo e biodegradável apropriado para pintura, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se para a limpeza de pneus e para-choques escova e xampu apropriados e silicone líquido e, ainda, uso de aspirador de pó, incluindo a passagem entre portas, atingindo todos os pontos desejados. Por fim, secagem com flanela limpa e conservada.

b) Lavagem completa: compreende a lavagem simples mais a lavagem de toda a parte inferior do veículo, juntamente com a limpeza geral do motor e polimento (aplicação de cera ou produto similar em toda a pintura externa e nos locais de abertura de portas, capô e porta-malas dos veículos) e pulverização.

5.10.2. Processos utilizados na lavagem (completa e simples):

a) Pneus: aplicação de produtos objetivando a limpeza e conservação;

b) Plásticos e borrachas: aplicação de silicone para sua conservação;

c) Vidros: utilizar produtos específicos para essa finalidade, à base de álcool;

5.10.3. Processos utilizados para polimento:

a) Utilizar ceras especiais de alto brilho;

b) Utilizar flanelas macias;

c) Remover resíduos de ceras nas partes plásticas e emborrachadas;

5.10.4. Equipamentos necessários para o serviço de limpeza do veículo:

a) Dique ou elevador para veículos leves e pesados;

b) Máquina de lavar de alta pressão;

c) Propulsora de graxa;

d) Aspirador de pó profissional;

e) Macaco hidráulico;

f) Unidade compressora de ar;

g) Demais ferramentas necessárias à realização dos serviços, inclusive de borracharia.

h) O TRE/RR poderá rejeitar no todo ou em parte os serviços executados em desacordo com este Termo de Referência.

10.5. Da troca de óleo, lubrificação e componente (filtro)

10.5.1. Na troca de óleo será sempre recomendada o produto indicado pelo fabricante do veículo.

10.6. Lubrificação: aplicação de graxa nas partes que compreendem a suspensão e transmissão de veículos médios e pesados. Serviço de lubrificação da suspensão dos eixos dianteiro e traseiro, feixe de molas dos veículos.

10.6.1. Componente: filtro - troca de elemento filtrante.

10.7. Da borracharia

- a) Remendo de câmara de ar de várias medidas;
- b) Vulcanização de pneus;
- c) Desmontagem e montagem de pneus novo e usados de várias medidas.

10.8 Características de veículos:

- a) Veículo de pequeno porte/leve: veículo de passeio e/ou utilitário com capacidade de até 05 passageiros que possua área lavável de até 14,00m³;
- b) Veículo de médio porte: veículo de passeio e/ou utilitário que possua área lavável de 14,01m³ a 18,00m³;
- c) Veículo de grande porte/pesado: veículo de passeio e/ou utilitário que possua área lavável acima de 18,01m³.

10.9 Prazos de atendimento e execução

10.9.1. A contratada deverá observar os seguintes prazos máximos para atendimento e conclusão dos serviços, contados a partir da solicitação da Administração:

- a) Lavagem simples (externa ou interna): atendimento em até 1 (uma) hora e conclusão em até 2 (duas) horas;
- b) Lavagem completa (interna e externa): atendimento em até 1 (duas) horas e conclusão em até 2 (duas) horas;
- c) Serviços de lubrificação: atendimento em até 2 (duas) horas e conclusão em até 3 (três) horas;
- d) Serviços de borracharia (reparos simples, calibragem, troca de pneus): atendimento imediato ou em até 1 (uma) hora, com conclusão em até 2 (duas) horas;
- e) Serviços combinados (quando houver mais de um tipo de serviço para o mesmo veículo): prazo máximo de conclusão em até 6 (seis) horas.

10.9.2. Em situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas pela fiscalização do contrato, os prazos poderão ser ajustados, desde que não comprometam a disponibilidade da frota.

10.10. Condições de execução

10.10.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, observando-se as boas práticas do setor e, quando aplicável, as orientações constantes nos manuais dos veículos fornecidos pelas montadoras, especialmente quanto aos procedimentos de lubrificação e uso de insumos.

10.10.2. A contratada deverá utilizar materiais e insumos adequados, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados e pela integridade dos veículos durante a execução.

SEÇÃO VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o TRE/RR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica e aplicativos de mensagens para esse fim, podendo ser realizadas nos termos do permissivo contido nos [arts. 2.º e 5.º da Lei 11.419/2006](#), em que as intimações/notificações eletrônicas serão pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação em órgão oficial, inclusive eletrônico.

6.3.1. Considerar-se-á realizada a intimação/notificação no dia em que o intimando/notificado efetivar a consulta eletrônica do teor da intimação/notificação no SEI.

6.3.2. Nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação/notificação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

6.3.3. A consulta deverá ser feita em até 10 dias corridos contados da data do envio da intimação/notificação, sob pena de considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

6.3.4. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica (*e-mail, sms e whatsapp*, entre outros meios), comunicando a Contratada de envio de intimação/notificação via SEI.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o TRE/RR poderá convocar o representante da Contratada para reunião onde será apresentado o plano de fiscalização, que conterá informações das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/2021, art. 117, *caput*) devidamente nomeados pelo TRE/RR.

6.5.1. Os fiscais ora nomeados deverão observar as atribuições previstas na Portaria TRE/RR n.º 208/2023 (0770291).

SEÇÃO VII - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à qualidade dos materiais fornecidos, cumprimento de prazos e conformidade com as especificações técnicas.

7.2. A medição será realizada pelo fiscal do contrato, com base nas entregas efetuadas no período de referência, podendo resultar na aplicação de glosas proporcionais ao grau de descumprimento dos critérios estabelecidos.

7.3. Os critérios de avaliação estão definidos a seguir:

Critério	Indicador	Faixa de Desempenho	Glosa Aplicável
Cumprimento do Prazo de Entrega	Quantidade de horas de atraso na entrega	Até 1 hora de atraso	0%
		Atraso acima de 1 hora até 2 horas de atraso	1%
		Atraso acima de 2 hora até 3 horas de atraso	2%
		Atraso acima de 3 hora até 4 horas de atraso	4%
		Atraso superior a 4 horas de atraso	Abertura de procedimento de apuração de responsabilidade
Qualidade dos Serviços	Percentual de itens aceitos sem correção	100% de conformidade	0%
		95% a 99% de conformidade	0,5%
		Abaixo de 95%	1%
Atendimento às Especificações Técnicas	Percentual de entregas conforme especificações	100% de conformidade	0%
		Qualquer desconformidade	0,5%
Comunicação e Atendimento	Tempo de resposta e resolução de demandas	Atendimento satisfatório	0%
		Falhas recorrentes ou demora injustificada	0,5%

7.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforma a seguir:

Nº	Critério	Unidade de Medição	Faixa de Desempenho Identificada	Percentual de Glosa	Valor da Glosa (R\$)
1	Cumprimento do Prazo de execução de serviços	Horas de atraso por serviço			
2	Qualidade dos Serviços	% de itens aceitos sem correção			
3	Atendimento às Especificações	% de conformidade técnica			
4	Comunicação e Atendimento	Avaliação do fiscal (satisfatório/não)			
Total de Glosa no Período				Σ (%)	Σ (R\$)

7.5. A medição dos serviços será realizada por ocasião de cada ordem de serviço emitida pela Administração, considerando-se, para fins de avaliação, o desempenho da contratada na execução específica da demanda solicitada.

7.6. Para cada ordem de serviço serão verificados os critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), incluindo o cumprimento dos prazos, a qualidade dos materiais entregues, a conformidade com as especificações técnicas e o nível de atendimento prestado.

7.7. A eventual aplicação de glosa incidirá sobre o valor total dos serviços constantes da respectiva ordem de serviço avaliada, tomando-se como base o montante correspondente àquela demanda específica.

7.8. O percentual de glosa apurado, conforme os critérios estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado

(IMR), será aplicado diretamente sobre o valor total da ordem de serviço, resultando no valor a ser deduzido do pagamento devido à contratada.

7.9. O disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.11. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.12. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.13. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.14. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.15. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.15.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.15.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa](#)

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do [Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

SEÇÃO VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, adotando-se critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO para o GRUPO**.

Da aceitação da proposta

8.2. As propostas deverão conter especificações detalhadas dos produtos oferecidos, mencionando marca, modelo, dimensões, composição e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação.

8.3. As propostas serão analisadas pelo pregoeiro, pelo setor requisitante dos serviços e equipe de planejamento que poderão realizar diligências, solicitando esclarecimentos quanto às especificações dos produtos oferecidos.

8.4. A empresa, na formulação de sua proposta, deverá considerar todos os impostos, taxas e quaisquer outros

encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

8.5. É facultado ao Contratante a solicitação do envio de fotos ou catálogos dos materiais bem como a indicação de *sítios* na internet onde possam ser verificadas as características do objeto ofertado.

Forma de fornecimento

8.6. O fornecimento do objeto será sob demanda.

Exigências de habilitação

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF (Níveis de Cadastramento I a VI), nos documentos por ele abrangidos, além da documentação complementar exigida neste instrumento.

8.7.1. O licitante também deverá comprovar os seguintes requisitos:

- a. Estar cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).
- b. Atuar no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação;
- c. Não estar impedido de licitar/contratar com a Administração;
- d. Quem não atender às exigências de habilitação no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.
- e. Apresentar documentação complementar especificada no Edital, caso haja.

Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

8.8. Caso os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a V do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, não estejam contemplados no Sicafe, os licitantes deverão apresentar os documentos a seguir:

8.8.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.8.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

8.8.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.8.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.8.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.8.14. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição

nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Qualificação Técnica-Operacional

8.10. A licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços de lavagem, lubrificação e/ou borracharia de veículos, por período mínimo de 12 (doze) meses.

8.11. A licitante deverá demonstrar que dispõe de estrutura física adequada para a execução dos serviços em Boa Vista - RR, mediante apresentação de documentação que evidencie a existência de instalações compatíveis com o objeto, tais como: endereço do estabelecimento, descrição das instalações, relação de equipamentos disponíveis e registros fotográficos atualizados, quando solicitado.

8.11.1. A Administração poderá, a seu critério, realizar vistoria técnica nas instalações da licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, com o objetivo de verificar a efetiva disponibilidade e adequação da estrutura física e dos equipamentos apresentados, podendo inabilitar a empresa caso seja constatada incompatibilidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

SEÇÃO IX - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação restou em **R\$ 392.525,58 (trezentos e noventa e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição do material	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	1	Lavagem geral - veículo porte leve	Unid.	120	R\$ 89,00	R\$ 10.680,00
	2	Lavagem geral - veículo porte médio	Unid.	360	R\$ 131,42	R\$ 47.311,20
	3	Lavagem geral - veículo porte pesado	Unid.	24	R\$ 258,49	R\$ 6.203,76
	4	Pulverização - veículo porte leve	Unid.	60	R\$ 57,94	R\$ 3.476,40
	5	Pulverização - veículo porte médio	Unid.	360	R\$ 73,96	R\$ 26.625,60
	6	Pulverização - veículo porte pesado	Unid.	24	R\$ 81,89	R\$ 1.965,36
	7	Polimento - veículo porte leve	Unid.	60	R\$ 213,35	R\$ 12.801,00
	8	Polimento - veículo porte médio	Unid.	240	R\$ 300,31	R\$ 72.074,40
	9	Polimento - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 722,31	R\$ 8.667,72
	10	Lubrificação geral - veículo porte leve	Unid.	60	R\$ 50,64	R\$ 3.038,40
	11	Lubrificação geral - veículo porte médio	Unid.	40	R\$ 83,05	R\$ 3.322,00
	12	Lubrificação geral - veículo porte pesado	Unid.	120	R\$ 103,76	R\$ 12.451,20
	13	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20	R\$ 358,75	R\$ 7.175,00
	14	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	40	R\$ 684,33	R\$ 27.373,20
	15	Troca de óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 950,21	R\$ 11.402,52
	16	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10	R\$ 298,71	R\$ 2.987,10
	17	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24	R\$ 419,86	R\$ 10.076,64

1

18	Troca de óleo da caixa de marcha com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 569,97	R\$ 6.839,64
19	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10	R\$ 325,04	R\$ 3.250,40
20	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	12	R\$ 504,29	R\$ 6.051,48
21	Troca de óleo do diferencial com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	6	R\$ 763,95	R\$ 4.583,70
22	Substituição do filtro de combustível com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20	R\$ 85,92	R\$ 1.718,40
23	Substituição do filtro de combustível (produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo) - veículo porte médio	Unid.	20	R\$ 161,48	R\$ 3.229,60
24	Substituição do filtro de combustível com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	6	R\$ 343,78	R\$ 2.062,68
25	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20	R\$ 85,41	R\$ 1.708,20
26	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24	R\$ 165,06	R\$ 3.961,44
27	Substituição do filtro de óleo com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 348,31	R\$ 4.179,72
28	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	20	R\$ 194,29	R\$ 3.885,80
29	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24	R\$ 274,93	R\$ 6.598,32
30	Substituição do filtro de ar com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 543,29	R\$ 6.519,48
31	Óleo do motor 1.000 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	60	R\$ 54,20	R\$ 3.252,00
32	Óleo do motor 1.000 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	48	R\$ 54,20	R\$ 2.601,60
33	Óleo do motor com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo 1.000 ml - veículo porte pesado	Unid.	24	R\$ 54,20	R\$ 1.300,80
34	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10	R\$ 42,40	R\$ 424,00
35	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24	R\$ 42,40	R\$ 1.017,60

36	Óleo hidráulico de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 42,40	R\$ 508,80
37	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte leve	Unid.	10	R\$ 36,67	R\$ 366,70
38	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte médio	Unid.	24	R\$ 36,67	R\$ 880,08
39	Óleo de freio de 500 ml com fornecimento do produto de acordo com as especificações recomendadas pelo fabricante do veículo - veículo porte pesado	Unid.	12	R\$ 36,67	R\$ 440,04
40	Aditivo ARLA 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo) - 20 Litros	Unid.	150	R\$ 217,72	R\$ 32.658,00
41	Conserto de pneus - veículo porte leve	Unid.	120	R\$ 82,51	R\$ 9.901,20
42	Conserto de pneus - veículo porte médio	Unid.	80	R\$ 127,85	R\$ 10.228,00
43	Conserto de pneus - veículo porte pesado	Unid.	40	R\$ 168,16	R\$ 6.726,40
Valor total estimado					R\$ 392.525,58

SEÇÃO X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do correspondente exercício da contratação.

SEÇÃO XI - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação.

SEÇÃO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O objeto poderá ser alterado de acordo com o interesse e a necessidade da Administração, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

12.2 Os casos omissos serão solucionados pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR).

Boa Vista/RR, *data da assinatura eletrônica.*

Ademárcio da Silva
Coordenador de Contratações do TRE/RR
(assinado eletronicamente)

Equipe de Contratação

Nelson Ferreira de Souza Junior

Integrante Demandante

Jeckson Souza Cruz

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 27/04/2026, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1039125** e o código CRC **7A3824EF**.

